

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DO INGLÊS NO ENSINO FUNDAMENTAL I NA REDE PÚBLICA

Livia Maria Franco Moreira dos Santos¹

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo investigar e analisar porque é importante ensinar inglês para os alunos do Ensino Fundamental I na rede pública de ensino. Para tal, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica com base nos pressupostos teóricos de Piaget e Vygotsky, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira. Primeiramente, foi descrito os aspectos relevantes sobre o ensino da língua inglesa no Brasil, suas vantagens e desafios. Na sequência, foi apresentado o modo que o processo de ensino aprendizagem de uma língua estrangeira deve ocorrer e as dificuldades iniciais para tal aprendizado segundo os PCNs de Língua Estrangeira. E concluindo, foi analisado o trabalho de Piaget e Vygotsky acerca da aprendizagem infantil em termos de apreensão psicocognitiva da língua materna e da língua estrangeira durante o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras Chave: Ensino de Inglês, Ensino Fundamental I, Ensino Público

Abstract

The aim of this study was to investigate and analyze why it is important to teach English to the students from elementary school in the public school system. For this purpose, it was developed a bibliographic research based on Piaget and Vygotsky theories, beyond the National Curriculum of Foreign Language. To start with, it was described the most important features about teaching English in Brazil, its advantages and challenges. Next, it was presented how the process of teaching and learning a foreign language must happen and the first difficulties for this learning early learning in terms of *cognitive psychology* apprehension of mother tongue and foreign language during the process of teaching and learning. The methodology adopted was a literature search, based on the research topic.

Key words: Teaching English, Elementary School, Public School System

INTRODUÇÃO

Com a transposição das fronteiras internacionais e a comunicação pela internet, aprender uma língua estrangeira como a língua inglesa, é indispensável para a formação do indivíduo que está inserido num contexto social globalizado, pois o aprendizado dessa língua abre portas para o desenvolvimento pessoal, profissional e cultural do mesmo.

¹Mestranda em Educação pela UNIOLOGOS. Graduada em Letras pela Faculdades Integradas de Cruzeiro (FIC), Pedagogia pela Faculdades Integradas de Cruzeiro (FIC). Professora de Inglês da Rede Estadual Pública de SP e da Rede Privada. Pós-Graduada em Língua Inglesa: Tópicos em Ensino e Aprendizagem pela Universidade de Taubaté (UNITAU).

Assim, pode-se afirmar que o ensino da língua inglesa é de suma importância para o futuro do aluno que, em breve, estará imerso em um mercado de trabalho competitivo e necessitará de preparo para conquistar seu lugar no mundo globalizado.

Contudo, ensinar Inglês nas escolas públicas tem se tornado cada vez mais um desafio para os profissionais da educação, uma vez que, o ensino dessa disciplina no âmbito educacional público enfrentou e enfrenta diversas dificuldades. E podemos constatar, ainda, que na rede pública os alunos do ensino fundamental I são privados do ensino da língua inglesa.

Dessa maneira, o presente artigo tem como tema analisar as vantagens da inserção do inglês no currículo do Ensino Fundamental I na rede pública de ensino.

Parte-se das hipóteses de que a inserção do inglês é necessária em todos os anos escolares e que são grandes os benefícios da introdução dessa disciplina no aprendizado das crianças no Ensino Fundamental I na rede pública de ensino.

Esse trabalho tem como objetivo geral analisar a razão da importância do ensino da língua inglesa para alunos do Ensino Fundamental I na rede pública de ensino. Para tal, tem como objetivos específicos: descrever conceitos e princípios teóricos sobre o ensino de inglês de acordo com os PCNs e pesquisar sobre a visão de Piaget e de Vygotsky a respeito da aprendizagem infantil em termos de apreensão psicocognitiva da língua materna e da língua estrangeira durante o processo de ensino-aprendizagem.

Como metodologia, adotou-se a pesquisa bibliográfica. Foi realizada a leitura crítica e a redação de resumos e paráfrases das obras pertinentes ao objeto de pesquisa (a importância da inserção do inglês no ensino fundamental I na pública).

O trabalho se embasará em Brasil (1998); Bergamann e Lisboa (2008); Guinski (2008); Morosov e Martines (2008); Rapaport (2008); Santos (2007); Santos e Oliveira (2009); Velazquez (2008), para descrever o ensino da língua inglesa no Brasil em termos de habilidades, vantagens e desafios.

Para as questões referentes à língua inglesa no Ensino Fundamental I sob o olhar dos PCNs, a pesquisa será baseada em: Abrahão (20014); Brasil (1998); Fernandes e Paula (2008) e Montrezor e Silva (2010). Quanto à aprendizagem infantil na visão Piagetiana e Vygotskiana, conta-se com Brasil (1998); Dias e Gomes (2008); Guinski (2008); Lakomy (2008); Leventhal et all (2007); Lima (2011); Montrezor e Silva (2010); Moraes (1996) e Pereira (2007).

O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NO BRASIL

No currículo escolar brasileiro o ensino da língua inglesa como disciplina obrigatória teve início em 1809, quando Dom João VI decreta a implantação do ensino de duas línguas estrangeiras, a inglesa e a francesa, escolhidas estrategicamente, visando às relações comerciais que Portugal mantinha com a Inglaterra e a França. Assim sendo, a função do ensino era capacitar os estudantes a se comunicarem oralmente e por escrito. Para tanto, os professores aplicavam o Método Clássico ou Gramática-tradução, que era o único método de ensino de línguas estrangeiras que se conhecia na época como bem concluem Santos e Oliveira (2009, p. 21-30).

Com base nessas informações é possível afirmar que a inadequação entre o ensino de língua inglesa oficialmente oferecido no Brasil e as necessidades dos aprendizes são observados desde a sua implantação.

Embora predomine a sociedade industrial, cada vez mais se acredita em uma economia baseada na criação e na distribuição da informação: uma sociedade mais informatizada.

Não é mais possível, nesses tempos, operar em um sistema econômico nacional isolado e supostamente autossuficiente. É preciso reconhecer cada sociedade como parte de uma economia global, em que a informação pode ser partilhada instantaneamente, mas que exige uma rápida reestruturação da organização social para que se possa ter acesso a essa informação (BRASIL, 1998, p. 38).

Essas características do mundo moderno têm, por certo, implicações importantes para o processo educacional como um todo, e, particularmente, para o ensino de línguas na escola. Se essas tendências forem descrições exatas do panorama futuro, é importante que se considere como preparar os jovens para responderem às exigências do novo mundo.

Ainda sob a visão dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira (BRASIL, 1998, p. 38) no que se refere ao ensino de línguas, para ser um participante atuante é preciso ser capaz de se comunicar. E ser capaz de se comunicar não apenas na língua materna, mas também em uma ou mais línguas estrangeiras. O desenvolvimento de habilidades comunicativas, em mais de uma língua, é fundamental para o acesso à sociedade da informação. Para que as pessoas tenham acesso mais igualitário ao mundo acadêmico, ao mundo dos negócios e ao mundo da tecnologia, é indispensável que o ensino de Língua Estrangeira seja entendido e concretizado como o ensino que oferece instrumentos indispensáveis de trabalho (BRASIL, 1998, p. 38).

O ensino da língua inglesa é certamente um instrumento indispensável para trabalho e é cada vez mais exigido no momento da disputa de vagas de emprego, e a pessoa que não tem o conhecimento da língua fica cada vez defasada com a falta do conhecimento desse idioma.

OS BENEFÍCIOS E OS DESAFIOS NO APRENDIZADO DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA

A aprendizagem de Língua Estrangeira representa outra possibilidade de se agir no mundo pelo discurso além daquela que a língua materna oferece.

Da mesma forma que o ensino da língua materna, o ensino de Língua Estrangeira incorpora a questão de como as pessoas agem na sociedade por meio da palavra, construindo o mundo social, a si mesmos e os outros à sua volta. Portanto, o ensino de línguas oferece um modo singular para tratar das relações entre a linguagem e o mundo social, já que é o próprio discurso que constrói o mundo social (BRASIL, 1998, p. 22).

A aprendizagem de Língua Estrangeira oferece acesso a como são construídos os temas propostos como transversais em práticas discursivas de outras sociedades. É uma experiência de grande valor educacional, posto que fornece os meios para os aprendizes se distanciarem desses temas ao examiná-los por meio de discursos construídos em outros contextos sociais de modo a poderem pensar sobre eles, criticamente, no meio social em que vivem.

Independentemente de se reconhecer a importância do aprendizado de várias línguas, em vez de uma única, e de se pôr em prática uma política de pluralismo linguístico, nem sempre há a possibilidade de se incluir mais do que uma língua estrangeira no currículo.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Os motivos podem ir da falta de professores até a dificuldade de incluir um número elevado de disciplinas na grade escolar. Assim, uma questão que precisa ser enfrentada é qual, ou quais línguas estrangeiras incluir no currículo. Pelo menos três fatores devem ser considerados, os fatores históricos, fatores relativos às comunidades locais e fatores relativos à tradição (BRASIL, 1998, p. 22).

Um procedimento pedagógico útil para mostrar ao aluno que a linguagem é uma prática social, ou seja, envolve escolhas da parte de quem escreve ou fala para construir significados em relação a outras pessoas em contextos culturais, históricos e institucionais específicos é submeter todo texto oral e escrito a sete perguntas, quem escreveu e falou, sobre o que, para quem, para que, quando, e de que forma (BRASIL, 1998, p. 43).

Como foi abordado anteriormente, são vários os fatores positivos no ensino de uma língua estrangeira, principalmente no caso da Língua Inglesa, pois sabemos que se trata de uma língua universal que está se tornando parte de todo o cenário mundial, estando inserida desde embalagens, anúncios, filmes, desenhos, jogos, brinquedos, livros, *internet*, televisão e viagens. E estar à frente dessa mudança, tendo o conhecimento dessa língua ou idioma é estar inserido no mundo moderno, o qual somente lhe trará benefícios tanto atuais como futuros. E a aprendizagem quanto antes inserido, ou seja, desde a infância como exemplo, lhe trará muito mais benefícios, pois juntamente com a alfabetização o aluno terá facilidade para a aprendizagem da língua inglesa, tendo facilidade de assimilação do idioma, como também facilidade em fixar o vocabulário, e as demais necessidades do aprendizado.

Em relação aos desafios do ensino da língua inglesa:

A primeira observação a ser feita é que o ensino de Língua Estrangeira não é visto como elemento importante na formação do aluno, como um direito que lhe deve ser assegurado. Ao contrário, frequentemente, essa disciplina não tem lugar privilegiado no currículo, sendo ministrada, em algumas regiões, em apenas uma ou duas séries do ensino fundamental. Em outras, tem o status de simples atividade, sem caráter de promoção ou reprovação. Em alguns estados, ainda, a Língua Estrangeira é colocada fora da grade curricular, em Centros de Línguas, fora do horário regular e fora da escola. Fora, portanto, do contexto da educação global do aluno (BRASIL, 1998, p. 24).

O ensino de língua inglesa nas escolas públicas não tem sido reconhecido satisfatoriamente pelos documentos educacionais, os mesmos não consideram relevante o ensino da oralidade em sala de aula. Dessa forma, as escolas que seguem as diretrizes de base só atentam para a leitura e a interpretação textual, e não valoriza a comunicação oral. Dentre as quatro habilidades de ouvir, falar, ler e escrever, a fala deveria ser um componente importante na abordagem de ensino.

Quanto aos objetivos, a maioria das propostas priorizam o desenvolvimento da habilidade de compreensão escrita, mas essa opção não parece decorrer de uma análise de necessidades dos alunos, nem de uma concepção explícita da natureza da linguagem e do processo de ensino e aprendizagem de línguas, tampouco de sua função social. Evidencia-se a falta de clareza nas contradições entre a opção priorizada e os conteúdos e atividades sugeridos. Essas contradições aparecem também no que diz respeito à abordagem escolhida.

A maioria das propostas situam-se na abordagem comunicativa de ensino de línguas, mas os exercícios propostos, em geral, exploram pontos ou estruturas gramaticais descontextualizados.

Outro aspecto negativo é a dificuldade de se avaliar o aluno, e saber se o mesmo está aprendendo e quais são suas dificuldades, para que possa saná-las e assim aprender realmente.

É de conhecimento de todos que:

Muitas escolas tem salas de aula com números elevados de alunos, fator que dificulta a aprendizagem na sua totalidade e causa comprometimento na avaliação, que muitas vezes não pode ser realizada de maneira satisfatória. Porém, a avaliação deve ser feita com base em uma aprendizagem significativa, considerando os fatores e os motivos importantes que levam o aluno a conhecer a língua estrangeira (MOROSOV & MARTINEZ, 2008, p. 96).

Todas as propostas apontam para as circunstâncias difíceis em que se dá o ensino e aprendizagem de Língua Estrangeira, falta de materiais adequados, classes excessivamente numerosas, número reduzido de aulas por semana, tempo insuficiente dedicado à matéria no currículo e ausência de ações formativas contínuas junto ao corpo docente (BRASIL, 1998, p. 24).

Outro fato agravante é que alunos mais velhos ou que começam a estudar uma segunda língua mais tarde podem ter maiores dificuldades para quebrar alguns paradigmas devido à cristalização de estruturas gramaticais da língua materna. Mas ainda assim, eles podem aproveitar o fato de serem mais experientes e terem um maior vocabulário para, conseqüentemente, construir discursos mais complexos. Independentemente da idade, o aluno precisa estar motivado. Ele precisa ver como o aprendizado pode ajudá-lo a transformar-se, ele precisa saber aonde pode chegar e o que é capaz de fazer.

A LÍNGUA INGLESA NO ENSINO FUNDAMENTAL

A questão do ensino de Língua Estrangeira na escola, particularmente na escola pública:

Tem sido amplamente discutida nos meios acadêmicos e educacionais. Foi também objeto de manifestos de profissionais da área em reuniões científicas e de representações ao Congresso Nacional. Até bem pouco tempo atrás, a discussão era para se garantir a permanência dessa disciplina no currículo. Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no entanto, que prevê Língua Estrangeira como disciplina obrigatória no ensino fundamental a partir da quinta série, a discussão não necessita mais ser defensiva. Pode, sim, concentrar-se nos aspectos educacionais de fundo da questão, pois entende-se que dentro das possibilidades da instituição se refere à escolha da língua, e não à inclusão de uma língua estrangeira, já que o ensino desta deve ser obrigatório no currículo escolar (BRASIL, 1998, p. 37).

Embora nas considerações preliminares já tenha feito menção ao papel educacional de Língua Estrangeira no currículo do ensino fundamental, cabe enfatizar

aqui esse aspecto. A aprendizagem de Língua Estrangeira contribui para o processo educacional como um todo, indo muito além da aquisição de um conjunto de habilidades linguísticas. Leva a uma nova percepção da natureza da linguagem, aumenta a compreensão de como a linguagem funciona e desenvolve maior consciência do funcionamento da própria língua materna.

O desenvolvimento da habilidade de entender e dizer o que outras pessoas, em outros países, diriam em determinadas situações leva, portanto, à compreensão tanto das culturas estrangeiras quanto da cultura materna. Essa compreensão intercultural promove, ainda, a aceitação das diferenças nas maneiras de expressão e de comportamento. É a função interdisciplinar que a aprendizagem de Língua Estrangeira pode desempenhar no currículo. O benefício resultante é mútuo. O estudo das outras disciplinas, notadamente de História, Geografia, Ciências Naturais, Arte, passa a ter outro significado se em certos momentos forem proporcionadas atividades conjugadas com o ensino de Língua Estrangeira, levando-se em consideração, é claro, o projeto educacional da escola. Essa é uma maneira de viabilizar na prática de sala de aula a relação entre língua estrangeira e o mundo social, isto é, como fazer uso da linguagem para agir no mundo social.

A aprendizagem de Língua Estrangeira no ensino fundamental não é só um exercício intelectual em aprendizagem de formas e estruturas linguísticas em um código diferente, é, sim, uma experiência de vida, pois amplia as possibilidades de se agir discursivamente no mundo (BRASIL, 1998, p. 37).

O papel educacional da Língua Estrangeira é importante, desse modo, para o desenvolvimento integral do indivíduo, devendo seu ensino proporcionar ao aluno essa nova experiência de vida.

PCNs de Língua Estrangeira

A aprendizagem de Língua Estrangeira é uma possibilidade de aumentar a autopercepção do aluno como ser humano e como cidadão. Por esse motivo, ela deve centrar-se no engajamento discursivo do aprendiz, ou seja, em sua capacidade de se engajar e engajar outros no discurso de modo a poder agir no mundo social. Para que isso seja possível, é fundamental que o ensino de Língua Estrangeira seja balizado pela função social desse conhecimento na sociedade brasileira. Tal função está, principalmente, relacionada ao uso que se faz de Língua Estrangeira via leitura, embora se possa também considerar outras habilidades comunicativas em função da especificidade de algumas línguas estrangeiras e das condições existentes no contexto escolar. Além disso, em uma

política de pluralismo linguístico, condições pragmáticas apontam a necessidade de considerar três fatores para orientar a inclusão de uma determinada língua estrangeira no currículo: fatores relativos à história, às comunidades locais e à tradição.

Duas questões teóricas ancoram os parâmetros de Língua Estrangeira: uma visão sócio-interacional da linguagem e da aprendizagem. O enfoque sócio-interacional da linguagem indica que, ao se engajarem no discurso, as pessoas consideram aqueles a quem se dirigem ou quem se dirigiu a elas na construção social do significado.

É determinante nesse processo o posicionamento das pessoas na instituição, na cultura e na história. Para que essa natureza sócio-interacional seja possível, o aprendiz utiliza conhecimentos sistêmicos, de mundo e sobre a organização textual, além de ter de aprender como usá-los na construção social do significado via Língua Estrangeira.

A consciência desses conhecimentos e a de seus usos são essenciais na aprendizagem, posto que focaliza aspectos metacognitivos e desenvolve a consciência crítica do aprendiz no que se refere a como a linguagem é usada no mundo social, como reflexo de crenças, valores e projetos políticos. No que se refere à visão sócio-interacional da aprendizagem, pode-se dizer que é compreendida como uma forma de se estar no mundo com alguém e é, igualmente, situada na instituição, na cultura e na história. Assim, os processos cognitivos têm uma natureza social, sendo gerados por meio da interação entre um aluno e um parceiro mais competente. Em sala de aula, esta interação tem, em geral, caráter assimétrico, o que coloca dificuldades específicas para a construção do conhecimento.

Daí surge à importância de o professor aprender a compartilhar seu poder e dar voz ao aluno, de modo que:

Este possa se constituir como sujeito do discurso e, portanto, da aprendizagem. Os temas centrais desta proposta são a cidadania, a consciência crítica em relação à linguagem e os aspectos sociopolíticos da aprendizagem de Língua Estrangeira. Esses temas se articulam com os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, notadamente, na possibilidade de se usar a aprendizagem de línguas como espaço para se compreender, na escola, as várias maneiras de se viver a experiência humana (BRASIL, 1998, p.15).

Primordialmente, objetiva-se restaurar o papel da Língua Estrangeira na formação educacional. A aprendizagem de uma língua estrangeira, juntamente com a língua materna, é um direito de todo cidadão, conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases e na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.

Sendo assim, a escola não pode mais se omitir em relação a essa aprendizagem. Embora seu conhecimento seja altamente prestigiado na sociedade, as línguas

estrangeiras, como disciplinas, se encontram deslocadas da escola. A proliferação de cursos particulares é evidência clara para tal afirmação. Seu ensino, como o de outras disciplinas, é função da escola, e é lá que deve ocorrer (BRASIL, 1998, p. 19).

A escola deve garantir o direito do aluno de receber um ensino de qualidade se tratando de uma segunda língua, e que os alunos não necessitem pagar por escolinhas particulares de línguas, para que obtenha a aprendizagem esperada.

Dificuldades no início da aprendizagem

A grande dificuldade no aprendizado de uma determinada língua estrangeira não pode se resumir simplesmente ao fato de que ela seja diferente de nossa língua materna. A língua estrangeira, neste caso o Inglês, deve ser ministrada de forma que o aluno sinta que pode adquiri-la e não crie medos ou frustrações prévias.

De acordo com estudiosos, métodos e técnicas podem facilitar o processo de aquisição de uma segunda língua, bem como o estímulo que o professor pode dar a seu aluno para que ele esteja seguro de seu aprendizado e saiba contextualizá-lo com sua realidade, explicam (MONTREZOR e SILVA, 2010, p. 27).

Segundo alguns estudos sobre o ensino de línguas estrangeiras e sua importância na atualidade, um novo idioma só é realmente compreendido a partir do momento em que o aluno passa a entender os conteúdos comunicativos da língua e não somente seus aspectos gramaticais. A gramática precisa ser apresentada ao aprendiz de forma que ele veja a finalidade do aprendizado e saiba como usufruir da nova língua para seu crescimento profissional e pessoal.

Embora a pesquisa em linguística aplicada e as abordagens, procedimentos e técnicas de ensino de línguas estrangeiras tenham se desenvolvido consideravelmente nas últimas décadas, as escolas brasileiras de um modo geral, ainda não estão usufruindo completamente desses avanços na prática. O ensino de língua inglesa, como ele se configura atualmente, representa, portanto, uma parte da crise que a educação brasileira como um todo vem enfrentando.

Embora nos PCN seja afirmado que as línguas estrangeiras são consideradas tão importantes quanto qualquer outra disciplina do currículo, na prática elas têm sido menosprezadas e deixadas pra trás. Na tentativa de explicar esta inadequação, quase todo mundo procura alguém ou algo para responsabilizar ou culpar, e durante as duas últimas décadas, o número de alunos por turma tem sido apontado como um dos principais vilões (SOUZA, 2011, p.4).

Embora o ideal seja transformar as turmas grandes em turmas pequenas, isto simplesmente não tem previsão de acontecer num futuro próximo devido à realidade econômica que influencia a maioria das decisões em nosso sistema educacional. Como as turmas numerosas continuarão a fazer parte do quadro educacional nas escolas brasileiras, a alternativa é investir em tentativas sérias de lidar com a situação, começando por uma compreensão mais ampla da questão e a busca por soluções viáveis (SOUZA, 2011, p. 4).

Pesquisas revelam que o tamanho da turma tem uma influência mais forte no comportamento do estudante do que no desempenho (KIKBUCH, 2000, p.10).

Assim, melhorias na qualidade de ensino exigirão repensar o gerenciamento da turma, o planejamento, as abordagens, procedimentos e técnicas, e buscar alternativas viáveis.

Tornar o ensino da língua inglesa no Brasil mais eficaz exige que todos os interessados nessa perspectiva, alunos, professores, autoridades e a sociedade como um todo, se unam e se empenhem, já que, como bem conclui Freire (1997, p. 84).

UMA REFLEXÃO SOBRE A CRIANÇA E A APRENDIZAGEM DE LÍNGUA

O conceito de aprendizagem é complexo porque envolve a interação de diversos fatores e processos através dos quais compreendemos conceitos de temas específicos, como matemática, português, desenho, diversas outras. Mas se tratando de aprendizagem de língua estrangeira, quanto mais tempo a pessoa demorar em ser exposta à língua estrangeira, maior implicação terá no processo de aprendizagem da língua. A habilidade da criança em aprender mais de uma língua em seus primeiros anos traz progresso no desenvolvimento em ambas às línguas, na Materna e na Estrangeira.

Estamos sempre aprendendo durante a nossa vida, e de acordo com a autora Lakomy (2008, p. 16):

O aprendizado consiste em uma mudança relativamente persistente no comportamento do indivíduo devido à experiência. Esta abordagem, portanto, enfatiza de modo particular a maneira como cada indivíduo interpreta e tenta entender o que acontece. O indivíduo não é um produto relativamente mecânico do ambiente, mas um agente ativo no processo de aprendizagem, que procura de forma deliberada processar e categorizar o fluxo de informações recebido do mundo exterior.

É importante entender que para a aprendizagem ocorrer é necessário que haja uma interação ou troca de experiência do indivíduo com o meio.

Para Montezor e Silva, (2010, p. 17), as crianças aprendem a partir da interação com os adultos e com crianças mais experientes. E por meio dessas interações a criança

vai construindo, gradativamente significados para as suas ações, experiências e objetos ao seu redor.

O processo de aprendizagem tem sido estudado por teóricos que se dividem em dois grupos, os teóricos comportamentais behavioristas e os teóricos interacionistas.

As concepções teóricas que têm orientado os processos de ensinar e aprender Língua Estrangeira têm se pautado no desenvolvimento da psicologia da aprendizagem e de teorias linguísticas específicas, as quais, influenciadas pela psicologia, explicitaram o fenômeno da aprendizagem linguística. Pode-se dizer que as percepções modernas da aprendizagem de Língua Estrangeira foram, principalmente, influenciadas por três visões: a behaviorista, a cognitivista e a sócio-interacional. Aqui será feita uma breve alusão a teorias behavioristas e cognitivistas, seguida de uma análise mais extensa sobre a perspectiva sócio-interacional da aprendizagem, que atualmente muitos julgam mais adequada para explicar como as pessoas aprendem (BRASIL, 1998, p. 55).

A visão Piagetiana e Vygotskiana da aprendizagem infantil

Ao apresentar sua teoria da epistemologia genética, Jean Piaget contesta as duas visões, a primeira afirma que não existem conhecimentos resultantes de um simples registro de observações, que a aprendizagem não poderia ser apenas réplicas de um estímulo, uma cópia funcional de dados externos. E em segundo lugar, contesta a inversão dessa perspectiva para o lado do inatismo, defendendo que entre os dois podem subsistir interpretações à base de interações e de autorregulações (DIAS & GOMES, 2008, p.145).

Assim Piaget argumenta que a aquisição da linguagem depende da Inteligência da criança e é resultado da interação entre o ambiente em que ela vive e sua capacidade de adquirir conhecimento.

Criticando Piaget por considerar que esse teórico subestimou o papel da interação com o adulto para o desenvolvimento da fala, Vygotsky apresenta outra concepção para o curso do desenvolvimento do pensamento. Para ele, o desenvolvimento do pensamento não vai do individual para o socializado, mas do social para o individual (DIAS & GOMES, 2008, p. 146).

Todo o desenvolvimento do pensamento e da linguagem da criança para Vygotsky estão intimamente ligados, tem origens sociais, nas trocas comunicativas com os adultos.

Nos estudos de Lakomy (2008, p. 19), a autora relata que para os teóricos comportamentais, o resultado da aprendizagem é uma mudança de comportamentos observáveis, causada por fatores externos ou estímulos ambientais ou reforços de punição

ou recompensa. O behaviorismo se tornou um paradigma na psicologia a partir de mil e novecentos e vinte mantendo esse status após quarenta anos com a expansão da intitulada revolução cognitivista.

Ainda baseado na autora citada acima, as teorias cognitivas foram conjuntas de proposições que procuram explicar o processo de construção do conhecimento humano e desenvolvimento da inteligência e, conseqüentemente, geram informação que nos leva a conhecer como se processa interiormente a aprendizagem. Elas são baseadas em ideias e conceitos desenvolvidos por Jean Piaget (1896-1980) na Suíça e por Vygotsky (1886-1934) na Rússia (LAKOMY, 2008, p.19).

Para os teóricos cognitivistas, a maturação biológica, o conhecimento prévio, o desenvolvimento da linguagem, o processo de interação social são fatores no processo de desenvolvimento da inteligência e conseqüentemente da aprendizagem.

O teórico cognitivista Jean Piaget enfatiza a importância do conhecimento no desenvolvimento da inteligência a ponto de ter dedicado sua vida a estudá-lo por meio de várias pesquisas que fundamentaram o desenvolvimento de uma das mais importantes e influentes teorias cognitivas da aprendizagem, o construtivismo psicogenético (LAKOMY, 2008, p. 29).

As teorias construtivistas, e seus teóricos ainda não foram capazes de explicar como se processam as categorias puramente linguísticas. Mesmo assim, os estudos apoiam-se no papel funcional da linguagem para a interação entre as pessoas.

O teórico Jean Piaget pesquisou mediante observações, a maneira como a criança elabora o processo do conhecimento para construir a sua inteligência. Assim criou os quatro fatores responsáveis pelo desenvolvimento cognitivo da criança:

O fator biológico, em particular o crescimento orgânico e a maturação do sistema nervoso, ou seja, um indivíduo só pode aprender um determinado conhecimento se estiver intelectualmente maturo e, assim, preparado para recebê-lo; os exercícios e as experiências adquiridos na ação da criança sobre os objetos; as interações sociais que ocorrem por meio da linguagem e da educação; o fator de equilíbrio das ações que estimula a criança a encontrar respostas para novos problemas – situação que gera, primeiramente, um estado de desequilíbrio quando cabe à criança incorporar aquilo que lhe é novo – processo de assimilação, seguido pela busca do equilíbrio, que é obtido quando a resposta certa é incorporada à sua estrutura interna – processo de acomodação (LAKOMY, 2008, p. 31).

À medida que a criança passa a interagir com o mundo ao seu redor, começa a atuar e a modificar ativamente a realidade que a envolve. Atuar no sentido piagetiano, não envolve necessariamente ações e movimentos externos e visíveis. Uma criança está

mentalmente ativa quando ao solucionar um problema, compara, ordena, classifica, conta ou faz deduções mentais.

E o ensino da língua inglesa com certeza, faz com que a criança tente solucionar o problema gerado para que ela tente resolve-lo, traduzindo a palavra, utilizando de vocabulário já interiorizado pela mesma, memorizado, produzindo assim, a organização e resolução do que a ela foi explicito.

Na visão behaviorista:

A aprendizagem de língua estrangeira é compreendida como um processo de adquirir novos hábitos linguísticos no uso da língua estrangeira. Isso seria feito, primordialmente, por meio da automatização desses novos hábitos, usando uma rotina que envolveria estímulo, a exposição do aluno ao item lexical, à estrutura sintática etc. a serem aprendidos, fornecidos pelo professor; resposta do aluno; reforço, em que o professor avaliaria a resposta do aluno. Essa visão na sala de aula de língua estrangeira resultou no uso de metodologias que enfatizavam exercícios de repetição e substituição. Pode-se dizer que se focalizava, principalmente, o processo de ensino e o professor (LEVENTHAL *et. al.*, 2007, p. 29).

Se a aprendizagem não ocorresse adequadamente, ou seja, se fossem detectados erros nas produções do aluno, o motivo seria a inadequação dos procedimentos de ensino. Os erros teriam de ser imediatamente eliminados ou corrigidos para que não afetassem, negativamente, o processo de aprendizagem como um todo, inclusive os de outros colegas que tivessem sido expostos aos erros. É nesse sentido que se costuma dizer que na visão behaviorista a aprendizagem era associada a uma pedagogia corretiva.

Note-se que, nessa concepção, a mente do aluno é entendida como uma tábula rasa que tem de ser moldada, por assim dizer, na aprendizagem de uma nova língua.

Na visão cognitivista, desloca-se o foco do ensino para o aluno ou para as estratégias que ele utiliza na construção de sua aprendizagem da Língua Estrangeira. Entende-se que a mente humana está cognitivamente apta para a aprendizagem de línguas. Ao ser exposto à língua estrangeira, o aluno, com base no que sabe sobre as regras de sua língua materna, elabora hipóteses sobre a nova língua e as testas no ato comunicativo em sala de aula ou fora dela. Os erros, então, passam a ser considerados como evidência de que a aprendizagem está em desenvolvimento, ou seja, são hipóteses elaboradas pelo aluno em seu esforço cognitivo de aprender a língua estrangeira (LEVENTHAL *et. al.*, 2007, p. 35).

Contrariamente à visão behaviorista, os erros passam a ser entendidos como parte do processo da aprendizagem. Os traços característicos da língua construída pelo aprendiz, normalmente entendidos como erros, passam a ser vistos como constitutivos da língua em construção no processo de aprendizagem, sua interlíngua, uma língua em

constante desenvolvimento, no contínuo entre a língua materna e a língua estrangeira, e que resulta de suas tentativas de aprendizagem. Nesse processo, uma das estratégias mais comumente usadas pelo aluno é criar hipóteses sobre a língua estrangeira que está aprendendo, com base no conhecimento que tem de sua língua materna: a estratégia de transferência linguística.

Outras estratégias usadas pelo aluno podem ser entendidas como estratégias gerais de aprendizagem de línguas, tais como super generalização, em que o aluno generaliza uma regra para um contexto em que não se aplica (por exemplo, a generalização, na aprendizagem do português, da flexão verbal de passado do verbo. Hipercorreção, em que o aluno, por excesso de preocupação com correção, acaba corrigindo formas que estariam corretas (por exemplo, a correção do uso do pronome objetivo em posição de sujeito em português, tal como em: “Isto é para mim fazer”, corrigida intensamente na escola para: “Isto é para eu fazer”, acaba gerando a forma: “Isto é para eu, que pode ser entendida como resultado de hipercorreção (LIMA, 2011, p. 20).

Uma contribuição importante do enfoque cognitivista foi chamar a atenção para a questão dos diferentes estilos individuais de aprendizagem que as pessoas possuem, ou seja, nem todos os alunos aprendem da mesma forma. Por exemplo, há alunos que se utilizam mais de meios auditivos e outros de meios visuais da mesma forma que alguns têm mais sucesso no uso de estratégias sociointeracionais devido ao fato de serem mais extrovertidos (BRASIL, 1998, p. 57).

Na visão sócio-interacional:

Embora alguns aspectos da aprendizagem de Língua Estrangeira possam ser explicados por abordagens behavioristas, por exemplo, o fato de que a aprendizagem de certas frases feitas. Os aprendizes se utilizam dos conhecimentos, já armazenados em suas estruturas cognitivas, sobre o que sabem de sua língua materna ou de outras línguas estrangeiras que já possam ter aprendido, cada vez mais tende-se a explicar a aprendizagem como um fenômeno sócio-interacional (LEVENTHAL et. al., 2007, p. 39).

Dessa forma, o foco que, na visão behaviorista, era colocado no professor e no ensino, e, na visão cognitivista, no aluno e na aprendizagem, passa a ser colocado na interação entre o professor e aluno e entre alunos, atualmente.

Esta última visão é a compreensão de que a aprendizagem é de natureza sócio-interacional, pois aprender é uma forma de estar no mundo social com alguém, em um contexto histórico, cultural e institucional. Assim, os processos cognitivos são gerados por meio da interação entre um aluno e um participante de uma prática social (LEVENTHAL et. al., 2007, p. 41).

A visão sócio-interacional também é referida na literatura como histórico-social ou sociocultural.

Parceiro mais competente, para resolver tarefas de construção de significado conhecimento com as quais esses participantes se deparem. O participante mais competente pode ser entendido como um parceiro adulto em relação a uma criança ou um professor em relação a um aluno ou um aluno em relação a um colega da turma (BRASIL, 1998, p. 57).

Na aprendizagem de língua estrangeira, os enunciados do parceiro mais competente ajudam a construção do significado, e, portanto, auxiliam a própria aprendizagem do uso da língua.

CONCLUSÃO

Diante do processo do ensino de língua inglesa nas escolas regulares, percebe-se semelhanças entre elas, entretanto a realidade pública é mais assustadora. Pode-se até dizer que a rede pública se encontra jogada à própria sorte. Embora à realidade do ensino público e particular sejam bem diferenciadas, elas encontram-se intimamente ligadas por um fio de fracassos e descasos para com a língua inglesa.

Apesar do descaso, o professor terá que reverter essa situação, mostrando a importância da Língua Inglesa no meio social onde se vive.

Confirmou-se diante dos estudos realizados acerca da origem e características do ensino da língua inglesa. E buscou-se investigar as vantagens de se incluir o ensino da língua inglesa nas séries iniciais do Ensino Fundamental, mostrando também a importância dessa inserção.

O Inglês é uma língua universal que cada vez mais está presente no dia a dia de todas as pessoas ao redor do mundo.

Fica evidente essa marca em desenhos, filmes, anúncios, jogos, *internet*, viagens, músicas etc. Sendo assim, quanto mais cedo a criança ser exposta a uma segunda língua mais benefícios ela terá.

Dessa forma, as crianças aumentarão sua auto percepção como cidadãos do mundo ao chegar ao Ensino Fundamental II, encarando o ensino não apenas como disciplina, mas como uma necessidade profissional futura.

Em reforço a essas considerações, vale frisar que essa pesquisa não esgota o assunto, pois pode desdobrar-se em pesquisas de maior fôlego, que exijam maior tempo de consulta teórica sobre a relação do ensino da língua inglesa e suas peculiaridades nas

fases do ensino tanto fundamental como médio, podendo também, além da pesquisa meramente bibliográfica realizar pesquisas de campo, a fim de se confrontarem os pressupostos teóricos com os dados práticos coletados na vivência em sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Maria Helena Vieira. **Prática de ensino de língua estrangeira: experiências e reflexões**. Campinas, SP: Pontes Editores, Arte Língua, 2004.

BERGMANN, Juliana Cristina Faggion; LISBOA, Maria Fernanda Araújo. **Teoria e Prática da Tradução**. Curitiba: Ibpx, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira** /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARMIELETTO, Analice; MEYER, Manoela. **Por que seu filho deve aprender inglês? Educar para crescer**. Ed: Abril, 2013.

Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/seu-filho-deve-aprender-ingles-634619.shtml>. Acesso em: 08/08/2013

DIAS, Luzia Schalkoski; GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Estudos Linguísticos: dos Problemas Estruturais aos Novos Campos de Pesquisa**. Curitiba: Ibpx, 2008.

FERNANDES, Alessandra Coutinho; PAULA, Anna Beatriz. **Compreensão e Produção de Textos em Língua Materna e Língua Estrangeira**. Curitiba: Ibpx, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Atonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

GUINSKI, Lilian Deise de Andrade. **Estudos Literários e Culturais na Sala de Aula de Língua Portuguesa e Estrangeira**. Curitiba: Ibpx, 2008.

KICKBUSH, K. **Class sizes**. 2000. Disponível em: http://www.weac.org/Issues_Advocacy/Resource_Pages_On_Issues_One/Class_Size/great_schools_reduced_class_size.aspx. Acesso em: 10/10/2013

LAKOMY, Ana Maria. **Teorias cognitivas da aprendizagem**. Curitiba: Ibpx, 2008.

LEVENTHAL, Lilian Itzicvitch. **Inglês é 11: para professores de fundamental 1: (1º ao 5º ano)**. Barueri, SP: DISAL, 2007.

LIMA, Diógenes Cândido de. **Inglês em escolas públicas não funciona? Uma questão, múltiplos olhares**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2011.

MONTREZOR, Bethania Márcia; SILVA, Alexandre Batista. **A dificuldade no aprendizado da Língua Inglesa**, 2010. Disponível em: <http://www.unifoa.edu.br/cadernos/educacao/10/27.pdf>. Acesso em: 10/10/2013

MOROSOV, Ivete; MARTINEZ, Juliana Zeggio. **A didática do Ensino e a Avaliação da Aprendizagem em Língua Estrangeira**. Curitiba: Ibpex, 2008.

MORAES, M. R. S. **Materna/estrangeira: o que Freud fez da língua**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

PEREIRA, Elizabete Francisca de Oliveira. **O papel da língua materna na aquisição da língua estrangeira**. Revista UFG, 2007. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/download/1600/1565. Acesso em: 10/10/2013.

RAPAPORT, Ruth. **Comunicação e Tecnologia no Ensino de Línguas**. Curitiba: Ibpex, 2008.

SANTOS, J. A.; OLIVEIRA, L. A. **Ensino de Língua Estrangeira para jovens e adultos na escola pública**. In: LIMA, D. C. Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa: Conversas com Especialistas São Paulo: Parábola Editorial, 2009.p.21-30.

SANTOS, E.M. **Pesquisa na Internet: Cópia/Cola??? In: Internet & Ensino – novos gêneros, outros desafios**. ARAÚJO, Júlio César (Org.) Rio de Janeiro: Lucerna, 268-278, 2007.

SOUZA, Eliana Santos de. **O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NO BRASIL. BABEL: Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras** n.01, dezembro de 2011.

VELAZQUEZ-TORRES, N. **How well are ESL teachers being prepared to integrate technology in their classrooms?**, 2006. Disponível em: <http://www.tesl-ej.org/ej36/a1.html>. Acesso em: 10/10/2013